

Neoliberalismo e capital humano em Foucault

Neoliberalism and human capital in Foucault

Resumo

O artigo aborda a análise feita por Foucault acerca do neoliberalismo norte-americano, pondo em destaque a teoria do capital humano. Para Foucault, o neoliberalismo implica uma importante mutação epistemológica no campo da economia política, que deixa de considerar o homo oeconomicus como um trabalhador; o parceiro na relação de troca entre patrão e empregado, e passa a considerá-lo como um empresário de si mesmo, um sujeito que possui e gerencia seu próprio capital, o qual é composto por suas competências. Com base nisso, a teoria do capital humano propõe uma série de mecanismos de incentivo e desincentivo, que tornam efetivo o exercício do governo dos indivíduos, tanto por parte de Estados e de empresas quanto por parte dos próprios indivíduos. A noção de capital humano constitui, assim, um instrumento de autogoverno. Forma de governamentalidade útil e vantajosa para o capital, bem como para os governos, o neoliberalismo não é, entretanto, apto a promover a vida em seu sentido pleno, forte e potente.

Palavras-chave: competência; economia política; empresa; governamentalidade; trabalho.

* Universidade Estadual do Ceará. Contato: thiago.mota@uece.br.

Abstract

The article addresses the analysis made by Foucault about American neoliberalism, highlighting the theory of human capital. For Foucault, neoliberalism implies an important epistemological change in the field of political economy, which fails to consider homo oeconomicus as a worker, the partner in the exchange relationship between boss and employee, and starts to consider him as an entrepreneur of himself, a subject who owns and manages his own capital, which is composed of his competencies. Based on this, the human capital theory proposes a series of incentive and disincentive mechanisms, which make effective the exercise of the government of individuals, both by States and companies and by individuals themselves. The notion of human capital is thus an instrument of self-government. Form of governmentality useful and advantageous to capital, as well as to governments, neoliberalism is not, however, able to promote life in its full, strong and potent sense.

Keywords: competence; political economy; company; governmentality; job.

Introdução

A teoria do capital humano, iniciada por economistas norte-americanos como Gary Becker¹ e Theodore Schultz², por volta da década de 1960, talvez seja, hoje, um dos elementos mais imprescindíveis da racionalidade política e econômica neoliberal. Basicamente, para essa teoria, cada ser humano seria dono de um certo capital, constituído pelos seus conhecimentos, habilidades e competências. Daí se concluir que seria a boa ou a má gestão do capital humano o que levaria um indivíduo a ser rico ou pobre. Mas o que é propriamente o capital humano? E qual é o papel que esse conceito desempenha na estratégia de gestão característica do neoliberalismo norte-americano? Essas são nossas perguntas de partida.

1 Becker, G. *Human capital: a theoretical and empirical analysis with special reference to education*. Chicago: The University of Chicago Press, 1964.

2 Schultz, T. *Investment in human capital: the role of education and of research*. New York: Free Press, 1971.

Para responder a essas perguntas, apoiamo-nos na análise feita por Michel Foucault³ em torno da teoria do capital humano e de suas implicações para a governamentalidade neoliberal, no curso *Nascimento da biopolítica*, ministrado no Collège de France, no ano letivo 1978-1979. Nesse curso, Foucault⁴ realiza uma análise seletiva do neoliberalismo norte-americano, ou seja, ele não o estuda sob todos os aspectos. Por exemplo, ele não concebe o neoliberalismo norte-americano nem como uma teoria, nem como uma ideologia, nem como uma representação social. Para a análise genealógica das formas de governamentalidade, o que está em jogo é o neoliberalismo enquanto método específico ou grade de análise da realidade econômica e social, enquanto tipo de modelização dos comportamentos individuais e populacionais, enquanto estratégia global de programação das práticas governamentais, em suma, enquanto racionalidade de governo ou “lógica política normativa”⁵.

Tendo isso em vista, nossa hipótese é que a teoria do capital humano se articula como eixo fundamental da matriz de racionalidade neoliberal. Assim, partimos de uma breve caracterização do contexto de emergência do neoliberalismo nos EUA, ainda nos anos 1930. Em seguida, analisamos as concepções neoliberais de trabalho, não como tempo, mas como competência, e de agente econômico, não como um parceiro de troca, mas como uma empresa em competição com outras empresas. Com base nisso, detemo-nos em uma análise do conceito de capital humano, passando por diversas de suas modalidades: o capital genético, o capital afetivo, o capital cognitivo e o capital geográfico. Por fim, discutimos as consequências da passagem operada pelo neoliberalismo norte-americano de uma modelização dos fenômenos humanos de acordo com a forma-empresa para uma modelização de acordo com a forma-mercado, o que responde por grande parte da originalidade e também da radicalidade desta vertente do neoliberalismo.

Nas considerações finais, questionamos o sentido do grande investimento proposto pelos neoliberais norte-americanos, no que se refere à formação e à acumulação de capital humano em indivíduos, grupos e populações, no

3 Foucault, M. *Nascimento da biopolítica*: curso dado no Collège de France (1978-1979). Tradução: E. Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

4 *Ibidem*, p. 302.

5 Este termo é de Dardot e Laval (Dardot, P.; Laval, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 19).

horizonte do chamado “capitalismo cognitivo”⁶. A questão que se põe, então, é a de saber para quem o capital humano é realmente vantajoso e útil: só para o capital ou também para os seres humanos? Com base em uma reflexão acerca de valores como “boa vida”, do “bem-estar” e “liberdade”, tal como praticados em sociedades neoliberais, chegamos à conclusão de que o neoliberalismo não é útil nem tampouco vantajoso para a vida considerada em seu sentido pleno, alegre e ativo.

O nascimento do neoliberalismo norte-americano

O neoliberalismo norte-americano nasceu em um contexto que, de acordo com Foucault⁷, era caracterizado, em primeiro lugar, pelo intervencionismo praticado nos EUA, isto é, pelas políticas de tipo keynesiano adotadas por Franklin Roosevelt⁸ em reação à crise econômica de 1929, sobretudo, o *New Deal*. Ainda nos anos 1930, essas políticas foram alvo de críticas feitas em nome do princípio do *laissez-faire* por economistas ligados à Escola de Chicago. Em segundo lugar, a conjuntura em que surgiu o neoliberalismo era marcada pelas políticas intervencionistas resultantes dos pactos elaborados durante a Segunda Guerra Mundial, em especial, o plano Beveridge⁹, no Reino Unido. Em terceiro lugar, esse contexto se caracterizava por um forte crescimento das administrações e da estrutura burocrática dos Estados que adotaram programas sociais de saúde, educação e combate à discriminação racial desse tipo. Foi o que houve nos governos do Partido Democrata¹⁰, desde o final da guerra até os anos 1960. Esses três aspectos, o keynesianismo, o programas sociais

6 Moulrier-Boutang, Y. *Le capitalisme cognitif*. La nouvelle grande transformation. Paris: Ed. Amsterdam, 2007.

7 Foucault, M., op. cit., pp. 297-9.

8 Franklin Delano Roosevelt (1882-1945) foi o 32º presidente dos EUA, sendo até hoje aquele que ocupou o cargo por mais tempo, de 1933 até sua morte em 1945. Seu governo ficou conhecido pela implementação das bases do Estado de bem-estar social, através de um programa de governo chamado de *New Deal* (novo acordo), que visava combater os efeitos da grande depressão econômica, cujo marco havia sido o crack da bolsa de Nova York em 1929, bem como promover a recuperação econômica e a reforma social.

9 Elaborado pelo economista britânico William Beveridge (1879-1963), durante a Segunda Guerra Mundial, o plano Beveridge (1942) previa o estabelecimento de um amplo, centralizado e unificado sistema de proteção social e a implantação de um serviço de saúde pública, gratuita e universal.

10 Entre 1945 e 1953, Harry S. Truman (1884-1972) foi 33º Presidente dos EUA. Entre 1961 e 1963, John Fitzgerald Kennedy (1917-1963) foi o 35º Presidente dos EUA. Entre 1963 e 1969,

e econômicos e o crescimento da estrutura administrativa, “foi tudo isso que constituiu o adversário, o alvo do pensamento neoliberal, que foi aquilo em que ele se apoiou ou a que ele se opôs, para se formar e para se desenvolver”¹¹. Nesse sentido, o intervencionismo constituiu o campo de adversidade a partir do qual e contra o qual o neoliberalismo norte-americano se definiu.

Foucault¹² adverte que existe uma série de diferenças entre o neoliberalismo europeu e o neoliberalismo norte-americano. De início, a tradição do liberalismo norte-americano remonta à segunda metade do século XVIII, período em que os EUA lutam e conquistam sua independência em relação à coroa britânica. Nesse contexto, o liberalismo não surgia como um princípio de limitação da razão de Estado, como ocorria na mesma época na Europa. Nos EUA, na época da Guerra de Independência, o Estado ainda não existia, de modo que não precisava ser limitado. Tratava-se de uma situação semelhante àquela que se encontraria na Alemanha imediatamente após a Segunda Guerra Mundial, situação em que o Estado precisava ser fundado. “Foi a título de princípio fundador e legitimador do Estado que o liberalismo foi convocado. Não é o Estado que se autolimita pelo liberalismo, é a exigência de um liberalismo que se torna fundador de Estado”¹³.

Em seguida, ao contrário do que se passou na Europa, “a questão do liberalismo foi o elemento recorrente de toda a discussão e de todas as opções políticas dos Estados Unidos”¹⁴. Entre os norte-americanos, o liberalismo se liga a temas tão diversos quanto política econômica, relações internacionais, racismo, religião, saúde pública, segurança, educação infantil, poder judiciário etc. Também se associa ao problema das relações que os indivíduos travam entre si e com o Estado, bem como às relações que os Estados estabelecem entre si. Nos EUA, o liberalismo não é uma posição política minoritária, mas a posição padrão, cuja hegemonia os neoliberais norte-americanos vão procurar restaurar.

Por fim, o que se encontra no plano de fundo do neoliberalismo norte-americano é sempre o intervencionismo de tipo keynesiano e a política dos programas econômicos e sociais. Nesse contexto, o intervencionismo vai ser

Lyndon Baines Johnson (1908-1973) foi o 36º Presidente dos EUA. Os três pertenciam ao Partido Democrata.

11 Foucault, M., op. cit., 299.

12 Ibidem, p. 299-301.

13 Ibidem, p. 300.

14 Idem.

submetido a críticas tanto da parte da direita quanto da esquerda. Para a direita neoliberal, o intervencionismo é incompatível com a tradição liberal, na medida em que introduz objetivos políticos considerados socializantes, por conseguinte, restritivos da liberdade econômica. Para a esquerda neoliberal, o intervencionismo está na base de um Estado hiperadministrativo, imperialista e militarizado, contra o qual ela luta em nome da liberdade política. Portanto, pode-se dizer que, nos EUA, há neoliberalismos tanto de direita quanto de esquerda. Esse polimorfismo, que caracteriza não só o neoliberalismo norte-americano, mas os vários neoliberalismos de maneira geral, é um aspecto a ser retido.

Em resumo, o neoliberalismo norte-americano se distingue por não ser uma doutrina econômica nem uma teoria sociológica, nem uma opção política. Com efeito, se o “liberalismo, nos Estados Unidos, é toda uma maneira de ser e de pensar”¹⁵, indubitavelmente, o neoliberalismo norte-americano pertence a essa tradição. Ele não é apenas uma técnica de governo a serviço dos governantes em sua relação com os governados, mas um tipo específico de relação entre governantes e governados. Nos EUA, a relação de governo não orbita o problema dos serviços públicos, como nos países europeus, mas o problema das liberdades. Assim, de modo geral, podemos dizer que o neoliberalismo norte-americano, em primeiro lugar, não se apresenta como um programa político, ele é uma série de reivindicações múltiplas e plurais, que repercutem tanto na concepção política de direita quanto na de esquerda. Em segundo lugar, ele não é uma teoria nem uma ideologia, mas um método de pensamento, uma grade de análise socioeconômica. Em terceiro lugar, ele é uma utopia que pode sempre ser reativada. Ele é um *topos* argumentativo, ou ainda, um ponto de partida utópico para uma argumentação que tem inevitavelmente implicações governamentais.

Segundo Foucault¹⁶, Hayek, que transitou entre as tradições alemã e norte-americana, foi um dos que perceberam a necessidade de fazer do neoliberalismo uma utopia. Ele entendia que a tarefa de construir utopias não podia ser deixada a encargo dos socialistas. Portanto, era necessário criar uma utopia neoliberal. E esta é algo que, em todo caso, aproxima-se do ideal anarcocapitalista sustentado pela tradição liberal radical ou libertariana norte-americana. Cabe esclarecer que a utopia do anarcocapitalismo é em uma situação em que o Estado é suprimido e o mercado é deixado completamente

15 Ibidem, p. 301.

16 Idem.

livre. Independentemente de sabermos se anarcocapitalismo e neoliberalismo são mesmo compatíveis, a simples pretensão deste último de conceber uma utopia é suficiente para mostrar que o neoliberalismo não é apenas uma tecnologia de governo, mas antes um “estilo geral de pensamento, de análise e de imaginação”¹⁷ e, nessa medida, ele é um elemento característico da cultura nacional norte-americana.

O trabalho como competência e o *homo oeconomicus* como empresa

O nascimento do neoliberalismo norte-americano implica duas mutações importantes na epistemologia da análise econômica. De um lado, ele se constitui como uma incursão da análise econômica em um setor até então inexplorado no interior de seu próprio campo. De outro lado, o neoliberalismo significa uma extensão da análise econômica a campos em geral não considerados econômicos que, no entanto, serão reinterpretados economicamente.

O setor ainda inexplorado dentro do campo da análise econômica que os neoliberais vão redescobrir é o do problema do trabalho. Para a economia política clássica, o trabalho é, juntamente com a terra e o capital, um dos fatores de produção. No entanto, ela não o explora efetivamente. Embora o modelo básico para o tipo de análise que Smith¹⁸ pratica seja fornecido pela divisão do trabalho, segundo os neoliberais, seu exemplo não passa de uma exceção. De acordo com Foucault¹⁹, não se pode dizer que a economia política tenha aprofundado a análise do problema do trabalho. Pelo contrário, na medida em que o concebeu unicamente a partir de sua dimensão temporal, ela o reduziu e o imobilizou. Dentre os economistas clássicos, Ricardo²⁰ é quem mais escande a análise do fator trabalho, mas ele também o define de maneira quantitativa, em função da variável de tempo. Assim, ele explica o crescimento do trabalho seja em termos de aumento do número de trabalha-

17 Ibidem, p. 302.

18 Smith, A. A divisão do trabalho. In: _____. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. v. I e II. Tradução: L. Baraúna. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Col. Os Economistas), cap. I, pp. 65-72.

19 Foucault, M., op. cit., pp. 302-4.

20 David Ricardo (1772-1823) foi um economista e político britânico, pertencente à Escola Clássica. (Ricardo, D. Sobre o valor. In: _____. *Princípios de economia política e tributação*. Tradução: P. Sandroni. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Col. Os Economistas), cap. I pp. 23-48).

dores no mercado, seja em termos do aumento do número horas de trabalho disponibilizadas ao capital. Os neoliberais vão entender que a perspectiva de Ricardo implica uma grave redução do tema do trabalho a um problema quantitativo associado exclusivamente à variável temporal. Pelo mesmo motivo, eles também criticarão Keynes²¹, que concebe o trabalho como um fator passivo, que só se ativa se houver investimento.

Segundo Foucault²², os neoliberais também criticam a abordagem do problema do trabalho feita por Marx²³. Sem dúvida, o trabalho é um dos eixos fundamentais da análise marxista, mostrando que, no modo de produção capitalista, aquilo que o trabalhador vende não é propriamente seu trabalho, mas sua força de trabalho. E ele a vende por um certo tempo em troca de um salário estabelecido com base na relação entre a oferta e a procura de mão-de-obra, em uma circunstância determinada. A conversão da força de trabalho em horas de trabalho por meio do salário é o que possibilita extrair do trabalhador o valor por ele produzido, e ser apropriado pelo capitalista. Assim, Marx não pensa as relações de produção nos termos de uma racionalidade do capitalismo, mas a relação entre as forças produtivas nos termos de uma mecânica ou de uma lógica do capital, que é a lógica da transformação do trabalho concreto em trabalho abstrato. Este é trabalho concreto transformado em força de trabalho, convertida em tempo e vendida no mercado em troca de um salário. No curso *A sociedade punitiva*, aproximando a abordagem genealógica da marxista²⁴, Foucault formula um argumento importante acerca do problema da conversão da força de trabalho em tempo, nos seguintes termos:

O tempo é permutado com o poder. E, por trás da forma-salário, a forma de poder posta em prática pela sociedade capitalista tem essencialmente por objeto exercer-se sobre o tempo dos homens: a organização do tempo operário na fábrica, a distribuição e o cálculo desse tempo no salário, o controle do lazer, da vida operária, a poupança, as aposentadorias etc. Essa maneira como o poder enquadró o tempo para poder controlá-lo

21 Keynes, J. M. Novo enunciado da teoria geral do emprego. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. Tradução: C. Contador. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Col. Os Economistas), cap. 18, pp. 237-246.

22 Foucault, M., op. cit., p. 304.

23 Marx, K. Força de trabalho. In: _____. *O capital: crítica da economia política*. v. 1. Tradução: R. Barbosa e F. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Col. Os Economistas), p. 98-100.

24 Bidet, Jacques. *Foucault avec Marx*. Paris: Éd. La Fabrique, 2014.

*por inteiro possibilitou, historicamente e em termos de relações de poder, a existência da forma-salário. Foi preciso essa tomada de poder global sobre o tempo.*²⁵

Assim, para Foucault, por meio da introdução e da generalização da forma-salário, tornou-se possível para o capitalismo tomar poder sobre o tempo de maneira integral, dentro e fora da fábrica, antes, durante e depois da vida economicamente ativa. Para Marx, essa conversão de todo o tempo de vida em tempo útil, tempo de trabalho, por meio da forma-salário, implica a transformação do trabalho concreto em trabalho abstrato, isto é, trabalho alienado, reificado, destituído de tudo o que é humano. Ou seja, “a lógica do capital só retém do trabalho a força e o tempo. Faz dele um produto mercantil e só retém seus efeitos de valor produzido”²⁶. É em torno dessa desumanização do trabalho por meio de sua transformação em tempo que giram as críticas de Marx ao capitalismo e, por extensão, ao liberalismo.

Contudo, os neoliberais norte-americanos se opõem tanto à economia política clássica quanto ao marxismo e tentam retomar o problema do trabalho, recusando, de saída, que ele possa ser analisado apenas com base na variável de tempo. Foucault²⁷ explica que, ao contrário de Marx, que identificava a causa do processo de abstração do trabalho no próprio capitalismo, isto é, na lógica do capital, os neoliberais consideram que essa abstração não é característica da mecânica do capital, mas da teoria clássica da produção capitalista. Não é o capitalismo que torna o trabalho abstrato, é a teoria que tenta explicá-lo que é abstrata porque não o analisa em sua especificidade concreta, em suas variações qualitativas, nem em seus efeitos econômicos reais. Digamos que enquanto a crítica de Marx incide sobre o polo do objeto, isto é, a realidade do capitalismo operando de forma a tornar o trabalho uma abstração, por sua vez, a crítica dos neoliberais vai incidir sobre o polo do sujeito, tendo como alvo o discurso econômico que fez do trabalho um conceito abstrato.

De modo geral, Foucault²⁸ entende que o advento do neoliberalismo implica uma mutação epistemológica no campo da análise econômica. O que

25 Foucault, Michel. *A sociedade punitiva*: curso no Collège de France (1972-1973). Tradução: I. Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2015, p. 66.

26 Foucault, M., op. cit., p. 305.

27 Ibidem, p. 305.

28 Ibidem, p. 306.

os neoliberais norte-americanos pretendem, especificamente, é mudar aquilo que constituía o objeto, o quadro de referência, o domínio geral, tanto para a economia política clássica quanto para sua crítica marxista. Com efeito, entre o final do século XVIII e a primeira metade do século XX, a análise econômica teve como objeto, basicamente, três mecanismos: o da produção, o do consumo e o da circulação. Tratava-se de abordar esses três mecanismos, tal como eles se inter-relacionam, em uma dada sociedade. Ora, para os neoliberais, o que está em jogo (*enjeu*) é algo diferente. Segundo eles, o objeto da análise econômica são as chamadas “opções substituíveis”, isto é, as escolhas que os indivíduos fazem, considerando a destinação de recursos que são escassos para finalidades que são inconciliáveis. Eis o que os neoliberais entendem como o objeto do discurso econômico. Com isso, a ciência econômica vai receber uma nova definição, ela será a ciência do comportamento humano num contexto em que é preciso relacionar meios raros a fins excludentes. Portanto, não se trata, como na economia clássica, de analisar os processos econômicos, tendo em vista problemas como os da terra, do capital e do trabalho. Não se trata de estudar o trabalho como uma engrenagem passiva que se encaixa no mecanismo geral de produção. O que os neoliberais visam é explicar o cálculo que leva um indivíduo a escolher, para seus recursos escassos, um determinado fim em detrimento de outro. “A economia já não é, portanto, a análise da lógica histórica de processo, é a análise da racionalidade interna, da programação estratégica da atividade dos indivíduos”²⁹. Não se trata mais da lógica objetiva dos processos coletivos nem da objetificação dos sujeitos através dessa lógica, mas da racionalidade subjetiva das programações estratégicas individuais e dos processos de subjetivação que essas programações implicam.

Assim, o objetivo dos neoliberais norte-americanos não é encontrar uma maneira de inserir o trabalho entre os outros fatores de produção. Para eles, o problema não é saber quanto valor o trabalho produz nem por quanto ele é remunerado, ou seja, não é o problema da mais-valia. Pelo contrário, o que eles visam é saber como o trabalhador emprega seus próprios recursos. Desse modo, eles não vão posicionar a análise no nível macroeconômico dos processos globais, mas no nível microeconômico dos agentes individuais, a fim de observar o conjunto da realidade desde o ponto de vista do trabalhador. Portanto, “será preciso estudar o trabalho como conduta econômica, como conduta econômica praticada, racionalizada, calculada por quem trabalha”³⁰.

29 Ibidem, p. 307.

30 Idem.

A mutação epistemológica introduzida pelos neoliberais vai consistir em conceber o objeto da análise como sendo o trabalho, mas este, como conduta econômica. Trata-se de analisar a conduta do trabalhador e, mais especificamente, o cálculo com base no qual ele racionaliza essa conduta. O objetivo da análise será explicitar esse cálculo estratégico e revelar a racionalidade econômica que governa o comportamento de um trabalhador. “E, com isso, se poderá ver, a partir dessa grade que projeta sobre a atividade de trabalho um princípio de racionalidade estratégica, em que e como as diferenças qualitativas de trabalho podem ter um efeito de tipo econômico”³¹. Em suma, o trabalhador deixa de ser o objeto passivo da análise econômica, para se tornar o sujeito ativo da economia.

Do ponto de vista econômico, o que leva os indivíduos a trabalhar é o salário que lhes é pago. Ora, segundo os neoliberais, para o trabalhador, o salário não é o preço pelo qual ele vende sua força de trabalho. Em sua perspectiva, seu próprio trabalho não é uma mercadoria vendida como força de trabalho, por um tempo determinado, em troca de um salário. Na perspectiva do trabalhador, o salário é uma renda. Renda é o produto de um capital, seu rendimento. Por sua vez, capital é aquilo que pode, de alguma maneira, gerar renda. Portanto, o salário não é o preço de uma certa quantidade de tempo de força de trabalho despendida, mas a renda de um capital. O trabalhador também possui um capital, que são todos os aspectos físicos e psicológicos que lhe habilitam a obter um certo salário. “Decomposto do ponto de vista do trabalhador, em termos econômicos, o trabalho comporta um capital, isto é, uma aptidão, uma competência”³². Em outras palavras, o capital do trabalhador é o conjunto das habilidades, das competências, das capacidades, das aptidões, cuja utilização lhe rende o salário que ele recebe.

Evidentemente, essa noção de um capital contido no trabalho e composto por competências tem importantes implicações para a análise econômica. Na medida em que é um conjunto de competências ou a aptidão para trabalhar, esse capital é indissociável do trabalhador que as possui. O capital não é definido aí como algo que apenas o capitalista possui e com que ele adquire força de trabalho, mas como algo que todo trabalhador possui e que lhe gera uma certa renda, um certo rendimento na forma de salário. Para o trabalhador, suas competências são um meio de produção, o próprio trabalhador é um meio de produção, ou ainda, uma máquina.

31 Idem.

32 Ibidem, p. 308.

Em outras palavras, a competência do trabalhador é uma máquina, sim, mas uma máquina que não se pode separar do próprio trabalhador, o que não quer dizer exatamente, como a crítica econômica, ou sociológica, ou psicológica dizia tradicionalmente, que o capitalismo transforma o trabalhador em máquina e, por conseguinte, o aliena. Deve-se considerar que a competência que forma um todo com o trabalhador é, de certo modo, o lado pelo qual o trabalhador é uma máquina, mas uma máquina entendida no sentido positivo, pois é uma máquina que vai produzir fluxos de renda. Fluxos de renda, e não renda, porque a máquina constituída pela competência do trabalhador não é, de certo modo, vendida casualmente no mercado de trabalho por certo salário. Na verdade, essa máquina tem sua duração de vida, sua duração de utilizabilidade, tem sua obsolescência, tem seu envelhecimento.³³

Portanto, trata-se do capital como um conjunto de competências, que são os órgãos ou as engrenagens do corpo-máquina do trabalhador. O trabalhador é concebido como uma máquina, mas não no sentido negativo, isto é, como o resultado de um processo de mecanização, de alienação ou de reificação do ser humano. Essa máquina, que é o próprio trabalhador, é produtiva e, portanto, positiva, na medida em que gera renda, isto é, salário. Cabe observar que, a rigor, essa máquina não gera renda, mas fluxos de renda variáveis, ao longo de um intervalo de tempo limitado. A máquina humana tem uma vida útil, um prazo de obsolescência que está, obviamente, ligado ao envelhecimento do corpo biológico do trabalhador. Quando começa a ser utilizado, o fluxo de renda gerado é pequeno, à medida que a máquina se desenvolve, o fluxo cresce e, quando o corpo envelhece, o fluxo diminui. Dessa maneira, para os neoliberais, a análise econômica não deve se ocupar com o problema da relação entre o capital e a força de trabalho, mas com o da relação entre a máquina e o fluxo que ela produz, as competências e o capital que elas geram, o trabalhador e seu salário. Em outros termos, temos aí o problema da renda-salário do capital-trabalho gerado pelo meio de produção que é o corpo-máquina do trabalhador. Isso significa uma mutação epistemológica importante no seio da análise econômica: a noção clássica de força de trabalho vai ser deslocada e, em lugar dela, vai surgir uma nova noção, a de capital-competência.

33 Ibidem, p. 309.

Não é uma concepção da força de trabalho, é uma concepção do capital-competência, que recebe, em função de variáveis diversas, certa renda que é um salário, uma renda-salário, de sorte que é o próprio trabalhador que aparece como uma espécie de empresa para si mesmo. Temos aqui, como veem, levado ao extremo, esse elemento que já lhes assinalei no neoliberalismo alemão e até certo ponto no neoliberalismo francês, a ideia de que a análise econômica deve encontrar como elemento de base dessas decisões, não tanto o indivíduo, não tanto processos ou mecanismos, mas empresas. Uma economia feita de unidades-empresas, uma sociedade feita de unidades-empresas; é isso que é, ao mesmo tempo, o princípio de decisão ligado ao liberalismo e sua programação para a racionalização tanto de uma sociedade como de uma economia.³⁴

O trabalhador aparece para si mesmo como uma empresa. A racionalidade do empresariamento que, no neoliberalismo alemão, abrange o todo da sociedade, agora se individualiza: cada trabalhador é uma empresa, isto é, uma unidade de produção e de dispêndio. Com isso, a unidade básica da análise econômica deixa de ser o indivíduo considerado genericamente. Tampouco será o processo ou mecanismo econômico. A noção elementar para o estudo da realidade econômica passa a ser a de empresa, o agente econômico é a empresa. Portanto, também no plano dos trabalhadores como indivíduos a atividade econômica passa a ser pensada a partir do modelo da empresa. É o modelo da empresa que serve de princípio na grade de análise que os neoliberais aplicam à sociedade e à economia, não apenas para formalizá-las, mas também para transformá-las. A forma-empresa é o princípio da programação de governo neoliberal.

No neoliberalismo norte-americano, há um retorno à noção de *homo oeconomicus*, que é o operador fundamental, o sujeito da análise econômica clássica. Para os economistas clássicos, o *homo oeconomicus* é o homem que faz trocas, é o vendedor ou o comprador. Assim, o sujeito econômico é concebido como um dos polos da relação econômica, entendida como relação de troca. Isso implica toda uma análise da natureza desse sujeito das trocas, de seu *modus operandi*, de seu comportamento. Essa análise é feita em termos de utilidade, o que remete a certo número de necessidades e, portanto, de relações necessárias e de leis de comportamento que permitem definir esse *homo oeconomicus*. Em suma: “*Homo oeconomicus* como parceiro da troca, teoria da

34 Ibidem, p. 310.

utilidade a partir de uma problemática das necessidades: é isso que caracteriza a concepção clássica do *homo œconomicus*³⁵.

Ora, pode-se dizer que o neoliberalismo retorna à noção de *homo œconomicus*, mas, para ele, esse não é o sujeito das trocas. Numa passagem muito importante do *Nascimento da biopolítica*, Foucault afirma que, para os neoliberais:

*O homo œconomicus é um empresário, é um empresário de si mesmo. Essa coisa é tão verdadeira que, praticamente, o objeto de todas as análises que fazem os neoliberais será substituir, a cada instante, o homo œconomicus parceiro da troca por um homo œconomicus empresário de si mesmo, sendo ele próprio seu capital, sendo para si mesmo seu produtor, sendo para si mesmo a fonte de sua renda.*³⁶

O *homo œconomicus* é o empresário de si mesmo, é o sujeito enquanto microempresa. Isso significa que, de um lado, ele não é um mero vendedor de força de trabalho. Ele não é apenas um empregado cuja força de trabalho satisfaz à demanda de um comprador que detém o capital. De outro lado, o sujeito econômico também não é o simples consumidor de produtos que ele mesmo não produziu. O sujeito-empresa é seu próprio capital, sua própria fonte de renda, seu próprio patrão. E, na medida em que produz para atender às suas próprias demandas, ele é, ao mesmo tempo, produtor e consumidor, uma vez que ele produz aquilo que ele consome, isto é, sua própria satisfação. Portanto, embora haja um retorno dos neoliberais à noção de *homo œconomicus*, ela também é profundamente modificada e, em torno dela, vai se produzir uma considerável mutação epistemológica na análise econômica.

A teoria do capital humano

Com o neoliberalismo norte-americano, modifica-se radicalmente o conceito econômico de trabalho. No bojo dessa modificação, encontra-se a ideia de que o salário não é o preço de venda da força de trabalho, mas a renda de um capital. Ele é o rendimento do uso de um conjunto de aptidões, habilidades ou competências que não podem ser separadas do sujeito que as possui. Do ponto de vista econômico, o sujeito não é outra coisa senão esse conjunto

35 Idem.

36 Ibidem, p. 311.

de competências que são sua fonte de renda, asseguram a satisfação de suas necessidades e, por conseguinte, a reprodução de seu modo de vida. Uma vez que o sujeito econômico e suas competências são indissociáveis, o capital que elas lhe rendem será chamado de “capital humano”.

Foucault³⁷ esclarece que o capital humano é composto por elementos que passam completamente despercebidos para a análise econômica clássica. Com efeito, embora tenha abordado a questão do trabalho, a análise tradicional não foi capaz de dar conta de sua especificidade enquanto fenômeno econômico. Ao longo do século XIX, proliferam diversas abordagens do problema do trabalho, feitas dos pontos de vista filosófico, sociológico, antropológico e psicológico, mas não do ponto de vista específico da economia. Tendo isso em conta, os neoliberais tentarão pensar a especificidade econômica do trabalho e o farão estudando a formação e a acumulação do capital humano. Com isso, além de uma nova explicação do fenômeno do trabalho, eles construirão toda uma grade de análise, que lhes permitirá explorar de maneira inovadora campos que, até então, haviam permanecido fora do alcance da ciência econômica.

Os elementos constitutivos do capital humano são, de um lado, inatos e, de outro lado, adquiridos. Começemos pelos elementos inatos. Esses podem ser propriamente inatos, caso sejam características de nascença específicas de um indivíduo, e podem ser hereditários, caso sejam traços herdados ou transmitidos de uma geração a outra. Foucault³⁸ relata que, no final dos anos 1970, praticamente não havia estudos acerca dos elementos hereditários constitutivos do capital humano. Em todo caso, as análises neoliberais já evidenciavam certa inquietação a propósito desses elementos. Com efeito, eles adquiriram sua relevância analítica na medida em que faziam claramente parte do processo de formação do capital humano. Como qualquer tipo de capital, o capital humano resulta de um certo cálculo e da atividade econômica, isto é, da utilização de recursos escassos para a satisfação de fins excludentes. Por exemplo, pode-se dizer que certas características herdadas por um indivíduo são recursos escassos que ele emprega, de uma maneira ou de outra, na satisfação de objetivos alternativos. Como condicionam as competências de que esse indivíduo dispõe, os traços genéticos são engrenagens que possibilitam o funcionamento, não da maquinaria mecânica, mas de um outro meio de produção, o corpo-máquina do trabalhador-empresa. Desse modo, descobre-se

37 *Ibidem*, p. 312.

38 *Idem*.

que o equipamento genético herdado pelos indivíduos é um ingrediente do processo produtivo e, como tal, ele tem um custo, implica um custo e é o resultado das escolhas e dos investimentos de caráter econômico feitos pelos indivíduos, no que diz respeito à sua própria reprodução sexual.

A genética revela que muitas das características de um indivíduo, inclusive parte de suas competências e aptidões, são determinadas pelos genes que ele recebe por herança de seus ascendentes. Também é uma ciência que define, por exemplo, a probabilidade de um indivíduo contrair uma doença. Ora, pode-se dizer que a genética cumpre uma função governamental e biopolítica, pois pode ser aplicada a populações humanas, com o fim de identificar quais indivíduos pertencem a um grupo de risco e qual a chance de sua proliferação. Torna-se, então, possível prever as consequências de um cruzamento que envolva indivíduos de risco. Logo, são considerados bons os equipamentos genéticos que produzem indivíduos de baixo risco. Foucault³⁹ explica que, na medida em que tais equipamentos genéticos são escassos, eles vão se tornar objeto de um cálculo econômico. Para ter uma descendência portadora de um bom equipamento genético, os indivíduos têm de encontrar parceiros, ou ainda, coprodutores cuja composição genética também seja boa. O mecanismo biológico da reprodução dos seres humanos se encaixa, pois, em uma problemática de natureza econômica. A reprodução de indivíduos geneticamente bem equipados depende diretamente das escolhas, dos investimentos e dos custos assumidos por seus reprodutores. Mais do que a questão da eugenia ou do racismo, o que temos aí é uma questão de economia política, pois

[...] a partir do momento em que uma sociedade se coloca o problema da melhoria do seu capital humano em geral, não é possível que o problema do controle, da filtragem, da melhoria do capital humano dos indivíduos, em função, é claro, das uniões e das procriações que daí decorrerão, não seja posto e discutido. É portanto em termos de constituição, de crescimento, de acumulação e de melhoria do capital humano que se coloca o problema político da utilização da genética.⁴⁰

39 Ibidem, p. 313.

40 Ibidem, p. 314.

Cabe observar apenas que, embora pareça ficção científica, diferentes análises⁴¹ tendem a mostrar que essa realidade é cada vez mais atual.

Por outro lado, o capital humano também é constituído de elementos que são adquiridos pelo indivíduo. De acordo com Foucault⁴², é nesses aspectos que os neoliberais concentram suas análises. A questão é saber como se constitui capital humano, com base nos esforços realizados voluntariamente pelos indivíduos ao longo de suas vidas. O capital humano é constituído pelas competências dos indivíduos, que não são apenas caracteres genéticos herdados, mas que também precisam ser adquiridos, ou ainda, construídos antes de se tornarem capazes de prover algum rendimento. Na medida em que funcionam como engrenagens na maquinaria pertencente a essa empresa que é o trabalhador, as competências têm de ser fabricadas, mantidas, atualizadas e constantemente recicladas. Ou seja, somente se estiver em bom funcionamento, operando na maneira devida, essa máquina que é constituída por competências produzirá o fluxo de renda necessário à reprodução do modo de vida escolhido pelo indivíduo.

A formação da máquina que gera capital humano depende diretamente de investimentos educacionais. Desse modo, para o indivíduo, a educação é, antes de mais nada, um meio de constituição de capital humano. Nas análises neoliberais⁴³, a noção de investimento educacional tem um sentido muito mais amplo do que se considera em geral. Não se trata simplesmente do aprendizado escolar, acadêmico ou técnico-profissional. O investimento educacional também é feito pelas famílias, por exemplo, em termos de quantidade de tempo dedicada pelos pais, no cotidiano, à educação de seus filhos. Assim, “o número de horas que uma mãe de família passa ao lado do filho, quando ele ainda está no berço, vai ser importantíssimo para a constituição de uma competência-máquina, ou se vocês quiserem para a constituição de um capital humano”⁴⁴. O tempo de afeto, de cuidados, a criação dos filhos, tudo isso será considerado pelos neoliberais, do ponto de vista econômico, como uma estratégia de investimentos da qual se espera um rendimento, uma

41 Rose, N. Sob risco genético. In: _____. *A política da própria vida: biomedicina, poder e subjetividade no século XXI*. Tradução: P. Valerio. São Paulo: Paulus, 2013, cap. 4, pp. 155-187.

42 Foucault, M., op. cit., p. 315.

43 Becker, G. *Human capital: a theoretical and empirical analysis with special reference to education*. Chicago: University of Chicago Press, 1964 e SCHULTZ, Theodore. *Investment in human capital: the role of education and of research*. New York: Free Press, 1971.

44 Foucault, M., op. cit., p. 315.

capitalização não apenas do indivíduo, mas da família como um todo. Assim, podemos dizer que uma família afetuosa tem melhores condições de produzir capital humano, ou ainda, uma espécie de capital afetivo. Recebendo os cuidados adequados, a criança terá melhores condições de desenvolver uma inteligência emocional que mais tarde a ajudará a disputar melhores postos de trabalho e, por conseguinte, a obter um salário maior, correspondente ao valor do capital humano de que efetivamente dispõe.

O investimento em educação também diz respeito ao nível de cultura e de conhecimento formal de uma família: “pais cultos vão formar um capital humano, para a criança, muito mais elevado do que se não tiverem o mesmo nível de cultura”⁴⁵. Portanto, o ambiente doméstico em que a criança vive é analisado pelos neoliberais como um conjunto estímulos ou incentivos que podem favorecer ou não a constituição de um capital, que não é simplesmente humano, mas um capital cultural⁴⁶ e também um capital cognitivo⁴⁷. Outros aspectos que entram na composição do capital humano são as condições de saúde, o acesso a cuidados médicos, a alimentação, a prática de exercícios e de esportes, as condições de limpeza e higiene pessoal. Sob esse aspecto, cabe observar que não se trata apenas do ambiente doméstico, mas também do meio social, das condições de saúde pública, de saneamento básico, de moradia. Nesse caso, talvez pudéssemos falar em um capital sanitário. Trata-se também do meio ambiente natural, das condições climáticas, da poluição, da qualidade da água e do ar consumidos etc. Portanto, a esse respeito, falaríamos em um capital natural ou geográfico.

Por essas razões, um dos elementos formadores de capital humano mais decisivos para um indivíduo é sua mobilidade, isto é, sua capacidade de migração. O indivíduo que migra espera mudar completamente de cenário e iniciar uma vida nova. Para ele, migrar significa a possibilidade de renascer em um ambiente social mais rico em incentivos e estímulos que ocasionarão um acréscimo em termos de capital humano. Entretanto, a migração implica um custo tanto material quanto psicológico, que o indivíduo assume como um investimento do qual ele espera um retorno. “A migração é um investimento, o migrante é um investidor. Ele é empresário de si mesmo, que faz um certo

45 Idem.

46 Bourdieu, P. Os três estados do capital cultural. In: _____. *Escritos de educação*. Tradução: M. Castro et al. 9.ed. Petrópolis: Vozes, 2007, pp. 71-80.

47 Moulrier-Boutang, Y. Ce qu'est le capitalisme cognitif. In: _____. *Le capitalisme cognitif*. La nouvelle grande transformation. Paris: Ed. Amsterdam, 2007, cap. III.

número de despesas para obter certa melhoria⁴⁸. Assim, para os neoliberais, a mobilidade populacional deve ser analisada como um comportamento relacionado a uma escolha de investimento e a uma expectativa de rendimento, que ganham sentido no âmbito de um projeto de empreendimento que um indivíduo faz sobre si mesmo e para si mesmo.

Além disso, com base na teoria do capital humano, os neoliberais vão abordar, à sua própria maneira, o problema das inovações. Trata-se do problema do progresso tecnológico, da descoberta de novos produtos e novas matérias-primas, da invenção de novos métodos e formas de organização da produção, da abertura de novos mercados. Para os neoliberais, a inovação não é algo que resulta simplesmente da índole dos capitalistas nem da situação de concorrência permanente, mas é o retorno de um certo investimento, o rendimento de um investimento feito em capital humano. A inovação “nada mais é que a renda de um certo capital, o capital humano, isto é, o conjunto dos investimentos que foram feitos no nível do próprio homem”⁴⁹. Portanto, a inovação demanda que um investimento seja feito, em termos de capital humano, no próprio homem.

De acordo com Foucault⁵⁰, ao retomar o problema da inovação no interior da teoria do capital humano, os neoliberais mostram que o crescimento econômico dos países desenvolvidos desde os anos 1930 não pode ser explicado com base nas variáveis da análise econômica clássica, isto é, terra, capital e trabalho, entendido este último como tempo de trabalho. É necessária, antes, uma análise detalhada da composição, da distribuição e do investimento em capital humano nesses países. Em suas análises, o que vai se revelar como fator decisivo para o crescimento de uma economia não é a quantidade de horas de força de trabalho despendidas nem o número de trabalhadores empregados. O que surge como fator decisivo é a qualidade da mão-de-obra, são as competências e as habilidades, em suma, é o capital humano dos indivíduos.

Da forma-empresa à forma-mercado

O nascimento do neoliberalismo norte-americano implica uma outra importante mutação, ou ainda, um aprofundamento da mutação iniciada com o

48 Foucault, M., op. cit., p. 317.

49 Ibidem, p. 318.

50 Idem.

neoliberalismo alemão na epistemologia da análise econômica, que consiste em uma ampliação inédita de seu objeto. Assim como o neoliberalismo de ancoragem alemã, o de ancoragem norte-americana se distingue do liberalismo clássico por admitir que a atividade econômica não se compõe de relações de troca entre indivíduos, mas de relações de concorrência entre empresas. Essa passagem da troca à concorrência é o que possibilita ao ordoliberalismo proceder a uma primeira ampliação do objeto da análise econômica. Todavia, os neoliberais norte-americanos vão ampliar ainda mais esse objeto e, nessa medida, também vão se distinguir dos ordoliberais. Segundo Foucault, os neoliberais norte-americanos, basicamente, “tentam utilizar a economia de mercado e as análises características da economia de mercado para decifrar as relações não mercantis, para decifrar fenômenos que não são fenômenos estrita e propriamente econômicos, mas são o que se chama [...] de fenômenos sociais”⁵¹. Portanto, pode-se dizer que, fazendo a totalidade dos fenômenos sociais passar por uma grade de análise econômica, eles vão efetuar uma economicização sem precedentes do campo social.

Com efeito, as vertentes alemã e norte-americana do neoliberalismo não se confundem. Os ordoliberais não são anti-intervencionistas, uma vez que entendem, como explica Foucault⁵², que é preciso intervir não no mercado, mas em prol do mercado. Em outras palavras, eles pensam que é preciso intervir no campo social para que a concorrência econômica possa funcionar livremente. Assim, os ordoliberais consideram que é necessário organizar um quadro social, político e moral, uma comunidade, ou ainda, uma forma de cooperação social que propicie o funcionamento natural da economia de mercado. Ora, é aí que o direito encontra seu papel no ordoliberalismo. Ele integra essa moldura institucional do mercado, como o aspecto jurídico da ordem econômica. Logo, o direito não é o instrumento de um poder soberano, nem uma faceta do dispositivo geral de disciplinamento, mas parte de uma tecnologia de governo e de regulação social.

Em oposição a isso, o neoliberalismo norte-americano “se apresenta com uma radicalidade bem mais rigorosa ou bem mais completa e exaustiva”⁵³. De um lado porque, enquanto anarquistas, os neoliberais norte-americanos entendem, ao contrário dos ordoliberais, que a sociedade não tem necessidade

51 Ibidem, p. 329.

52 Ibidem, pp. 331-3.

53 Ibidem, p. 333.

de que um Estado assegure a liberdade dos processos econômicos, o que de resto, para eles, seria uma contradição. De outro lado, nesse anarcocapitalismo, aquilo que se visa generalizar não é, como no ordoliberalismo, a forma socioantropológica da empresa, mas a forma propriamente econômica do mercado. Portanto, trata-se de generalizar a forma-mercado em todo o campo ou corpo social, inclusive ali onde, tradicionalmente, em geral, não se pensa que haja relações de troca ou relações monetárias. Para os neoliberais norte-americanos, deve haver uma generalização absoluta da forma-mercado.

Cabe observar terem eles em mente não a mercantilização, no sentido de uma generalização das relações de troca nem de uma transformação do trabalhador em mercadoria. Nesses termos, a mercantilização é parte de um diagnóstico crítico e de uma denúncia que se opõe ao mercado. Assim, “mercantilização” não se confunde com “empresariamento”. Em outro sentido, porém, seria possível falar em mercantilização, desde que se entenda por isso uma generalização da forma mercantil, uma modelização generalizada dos comportamentos dos indivíduos e dos grupos segundo a forma do mercado. Como tal, a mercantilização seria um princípio analítico capaz de ampliar o escopo da ciência econômica e um fundamento para uma crítica que não se dirige contra o mercado, mas contra o Estado. Aparentemente, para evitar a confusão entre essas duas acepções, Foucault não emprega o termo “mercantilização”, optando por “generalização da forma econômica do mercado”⁵⁴. Quanto ao direito, isso implica que, em comparação com o papel que a tecnologia jurídica cumpria no ordoliberalismo, sua função governamental será reduzida no neoliberalismo norte-americano, que buscará favorecer a regulação dos processos sociais, não por uma moldura institucional, como no neoliberalismo alemão, mas diretamente pela racionalidade econômica. No entanto, isso não implica que o papel direito seja anulado por completo nessa nova conjuntura.

No neoliberalismo norte-americano, a generalização ilimitada da forma-mercado “funciona como princípio de inteligibilidade, princípio de decifração das relações sociais e dos comportamentos dos indivíduos. O que significa que a análise em termos de economia de mercado [...] vai servir de esquema que se pode aplicar a campos não econômicos”⁵⁵. Os processos, as relações, os comportamentos considerados pertinentes, na maioria das vezes, à demografia, à sociologia, à psicologia social etc. – campos que não são, em geral, considerados econômicos – serão formalizados com base no modelo

54 Idem, p. 333.

55 Ibidem, p. 334.

da oferta e da procura e analisados com base em uma grade de inteligibilidade econômica. Em outras palavras, os neoliberais norte-americanos vão procurar decifrar comportamentos sociais tradicionalmente não econômicos em termos econômicos⁵⁶. Foucault⁵⁷ menciona três exemplos em que se verifica essa generalização da forma-mercado decorrente da aplicação de uma grade de inteligibilidade econômica muito além dos limites tradicionais da economia. Trata-se dos casos da relação entre mãe e filho, da natalidade das famílias ricas e do casamento.

Em primeiro lugar, vejamos a relação mãe-filho. Concebendo-a como relação formadora ou educacional em sentido amplo, os neoliberais analisam a relação entre mãe e filho em termos de capital humano ou, especificamente, de capital afetivo. Dessa maneira, a quantidade e a qualidade do tempo que a mãe dedica ao filho constitui um investimento em capital humano.

*[...] os neoliberais procuravam explicar, por exemplo, como a relação mãe-filho, caracterizada concretamente pelo tempo que a mãe passa com o filho, pela qualidade dos cuidados que ela lhe dedica, pelo afeto de que ela dá prova, pela vigilância com que acompanha seu desenvolvimento, sua educação, seus progressos, não apenas escolares mas físicos, pela maneira como não só ela o alimenta, mas como ela estiliza a alimentação e a relação alimentar que tem com ele – tudo isso constitui, para os neoliberais, um investimento, um investimento mensurável em tempo [...].*⁵⁸

Trata-se, com efeito, de um investimento de duplo rendimento ou de duplo benefício, tanto para o filho quanto para a mãe. De um lado, para o filho, a renda do investimento feito por sua mãe em seu capital humano será seu futuro salário. Nesse sentido, os neoliberais confirmam que, pelo menos em parte, nossos salários são determinados pelo que trazemos do “berço”. De outro lado, para a mãe, o retorno desse investimento será o que Foucault⁵⁹ chama de “renda psíquica”, a satisfação obtida com o sucesso do filho⁶⁰. Donde se infere que,

56 Becker, G.; Posner, R. *Uncommon sense: economic insights, from marriage to terrorism*. Chicago/Londres: University of Chicago Press, 2009.

57 Foucault, M., op. cit., pp. 334-7.

58 Ibidem, p. 334.

59 Ibidem, p. 335.

60 Becker, G. *A treatise on the family*. Cambridge/Londres: Harvard University Press, 1991.

ao investir no filho, a mãe também investe em seu próprio capital psíquico, habilitando-se a uma remuneração maior. É assim que os neoliberais analisam a maternidade, a relação entre mãe e filho, em termos econômicos.

Em segundo lugar, outro exemplo de generalização da forma-mercado é a aplicação da grade de inteligibilidade econômica ao problema dos nascimentos, ou ainda, da natalidade nas famílias ricas. Por que as famílias mais ricas têm poucos filhos ou, em todo caso, menos filhos que as famílias mais pobres? Estatisticamente, quanto mais elevada a renda, menos numerosas são as famílias. Ora, do ponto de vista malthusiano⁶¹, isso é um paradoxo, uma vez que mais renda deveria implicar mais filhos. Todavia, para os neoliberais norte-americanos não existe nenhum paradoxo aí. Os fatores desse fenômeno tampouco são extraeconômicos, isto é, não são de ordem cultural, nem moral, nem jurídica. São as análises econômicas até então disponíveis, criticam os neoliberais, que se revelam incapazes de abordá-lo, de maneira adequada, do ponto de vista econômico. Aplicando de outro modo a grade de análise econômica, eles vão procurar mostrar que os fatores que levam as famílias ricas a serem pouco numerosas são de ordem econômica ou podem ser lidos como tal. Assim, a explicação a que eles chegam é a seguinte: pessoas de renda elevada detêm capital humano elevado. Na relação que estabelecem com sua prole, o problema para essas pessoas não é simplesmente o da transmissão do patrimônio material e dos valores monetários, mas também o da transmissão do patrimônio imaterial e dos valores humanos, da herança cultural da família.

Uma família rica, isto é, uma família de renda elevada, isto é, uma família composta de elementos que possuem um capital humano elevado terá, portanto, como projeto econômico imediato e racional a transmissão para os filhos de um capital humano pelo menos tão elevado quanto o deles, o que implica toda uma série de investimentos: investimento financeiro, investimento em tempo também, de parte dos pais.⁶²

A formação e a transmissão do capital humano implicam que um investimento em termos de tempo seja feito pelos progenitores. Ora, tal investimento se torna cada vez mais oneroso à medida que a família se torna mais

61 Thomas Robert Malthus (1766-1834) foi um economista britânico, integrante da Escola Clássica. (Malthus, T. *Princípios de economia política* e considerações sobre sua aplicação prática. Tradução: R. Andrade et al. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Col. Os Economistas))

62 Foucault, M., op. cit., pp. 335-6.

numerosa. Portanto, é a necessidade econômica de garantir a transmissão do capital humano e da herança cultural o que explica que as famílias mais ricas sejam menos numerosas.

Em terceiro lugar, um terceiro objeto tradicionalmente considerado não econômico a que os neoliberais norte-americanos vão aplicar a grade de análise econômica e o modelo do mercado é o fenômeno do casamento. Foucault⁶³ explica que, em suas análises, os neoliberais procuram identificar o princípio de racionalização econômica que regula a convivência dos cônjuges e aplicam à vida doméstica um quadro analítico, que se poderia supor exclusivo das empresas. Assim, eles tomam o casal como uma unidade de produção formalmente idêntica a uma empresa. O casamento surge, então, como um compromisso contratual firmado entre duas partes, em que cada qual se obriga a fornecer *inputs* e, ao mesmo tempo, adquire o direito de se beneficiar de *outputs*. Instituto de direito civil, o contrato matrimonial encontra seu sentido econômico na medida em que permite que os inúmeros pequenos contratos de que se compõe a vida doméstica não sejam constantemente renegociados.

*Passe-me o sal, eu te passo a pimenta. Esse tipo de negociação fica resolvido, de certo modo, por um contrato de longo prazo que é o próprio contrato de casamento, que permite fazer o que os neoliberais chamam [...] de economia dos custos de transação. Se fosse necessário fazer transação para cada um desses gestos, haveria um custo em tempo, logo um custo econômico, que seria absolutamente insuperável para os indivíduos. Ele é resolvido pelo contrato de casamento. [...] Vou lavrar o seu campo, diz o homem à mulher, mas contanto que possa fazer amor com você. E a mulher diz: você não vai fazer amor comigo enquanto não der de comer para as minhas galinhas. Vemos surgir, num processo como esse, uma espécie de perpetua transação, em relação à qual o contrato de casamento devia constituir uma forma de economia global que possibilitava não ter de renegociar a cada instante.*⁶⁴

Como é um contrato de longo prazo, o casamento torna possível reduzir os custos de transação, impedindo a renegociação infinita de cada situação da vida do casal. Se a vida matrimonial é uma perpétua contratualização da convivência, o casamento é o que confere racionalidade econômica ao conjunto dos microcontratos domésticos. De maneira mais geral, se o direito civil

63 Ibidem, p. 336.

64 Ibidem, pp. 336-7.

contemporâneo se equipa ao máximo de modo a contratuá-la a totalidade da vida cotidiana, tendo em vista civilizá-la, é porque ele realiza uma tarefa econômica, ou seja, ele é um instrumento no processo mais amplo de generalização da forma-mercado à integralidade da vida. Nesse ponto, podemos ver como o direito se situa em relação à economia no neoliberalismo norte-americano: a forma econômica extraída por análise determina a forma jurídica a ser institucionalizada.

Além de funcionar como princípio de inteligibilidade econômica aplicável a comportamentos não econômicos, a forma-mercado é utilizada pelos neoliberais norte-americanos como princípio de crítica às intervenções governamentais. Segundo Foucault⁶⁵, a grade econômica não tem fins apenas analíticos, mas possibilita testar a ação governamental. Ela funciona como critério que permite aferir a validade da atuação do poder público e denunciar os excessos e abusos eventualmente cometidos pelo Estado. Em outras palavras, a grade econômica serve de fundamento à crítica da ação estatal.

*Trata-se de filtrar toda a ação do poder público em termos de jogo de oferta e procura, em termos de eficácia quanto aos dados desse jogo, em termos de custo implicado por essa intervenção do poder público no campo do mercado. Trata-se, em suma, de constituir, em relação à governamentalidade efetivamente exercida, uma crítica que não seja uma crítica simplesmente política, que não seja uma crítica simplesmente jurídica. É uma crítica mercantil, o cinismo de uma crítica mercantil oposta à ação do poder público.*⁶⁶

Ora, essa crítica não é ética, feita em nome de valores morais, nem é política, feita em nome da razão de Estado, nem é jurídica, feita em nome da lei e da constituição. Ela é uma crítica especificamente econômica, mercantil, feita em nome do mercado. E essa crítica em nome do mercado é uma forma de cinismo, ou ainda, de positivismo econômico precisamente porque não leva em consideração valores morais, políticos ou jurídicos, mas somente o mercado como valor supremo. É como tal que ela é oposta ao Estado. Além disso, não se trata de uma crítica meramente teórica. Nos EUA, a crítica neoliberal tem densidade existencial e é exercida em caráter permanente, sendo desenvolvida por instituições sofisticadas como *think tanks*. Ela é uma crítica anti-intervencionista que procura aferir o custo-benefício e fazer objeções ao Estado

65 Ibidem, pp. 337-8.

66 Ibidem, p. 338.

de bem-estar social e suas políticas de educação, de saúde, de inclusão racial, de seguridade etc., tais como as que começam a ser implementadas com o *New Deal*, nos anos 1930, e que são continuadas pelos governos Kennedy e Johnson, nos anos 1960-1970.

Além disso, o neoliberalismo norte-americano não é simplesmente uma retomada do liberalismo dos séculos XVIII e XIX nem se confunde com o capitalismo *laissez-faire*. Ele é uma inversão do princípio do *laissez-faire*. O liberalismo clássico fazia, sobretudo, a exigência de que o governo respeitasse a forma do mercado, isto é, deixasse o mercado fazer. No neoliberalismo norte-americano, o *laissez-faire* se torna um princípio que consiste em não deixar o governo fazer, em nome de uma lei do mercado que é o critério para aferir sua atuação. Ou seja, o mercado já não funciona como um princípio de limitação interna do governo, mas como um princípio externo, que lhe é oposto. “O *laissez-faire* se vira assim no sentido oposto, e o mercado já não é um princípio de autolimitação do governo, é um princípio que é virado contra ele. É uma espécie de tribunal econômico permanente em face do governo”⁶⁷. Portanto, não se trata de limitar o governo, mas de se opor a ele, embargá-lo, impedi-lo. Essa é a radicalidade do neoliberalismo norte-americano, que também se distingue do liberalismo clássico sob um outro aspecto. Se o século XIX estabelece uma espécie de jurisdição ou de processo administrativo, que os indivíduos podem mover contra o Estado e que permite julgar, em termos jurídicos, a atuação da administração pública, o século XX estabelecerá um tribunal econômico a fim de aferir a validade das normas de direito e a ação do governo em termos estritamente econômicos. Dessa maneira, por meio de um deslocamento e de uma refuncionalização do direito, o neoliberalismo pretende ser, ele próprio, esse tribunal econômico da ação governamental.

Considerações finais

Retomemos, então, nossas perguntas de partida: o que é capital humano e qual é o seu papel na racionalidade de governo neoliberal norte-americana? O capital humano é o conjunto dos elementos inatos e adquiridos que constituem as habilidades e as competências de que um indivíduo, grupo social ou população dispõe, em um dado momento. O conceito de capital humano é decisivo para a governamentalidade neoliberal que se torna hegemônica

67 Ibidem, p. 339.

a partir da Queda do Muro de Berlin, em 1989 porque ele possibilita uma compreensão qualitativa do trabalho, definindo-o como competência, em vez de tomá-lo como uma grandeza quantitativa, cuja aferição se baseia exclusivamente na variável tempo.

Com isso, torna-se possível compreender com mais precisão os motivos das escolhas que os agentes econômicos fazem em relação aos seus capitais humanos, a que tipo de incentivos⁶⁸ esses mesmos agentes reagem e de que maneira. Isso significa um impressionante acréscimo em termos de governabilidade dos comportamentos humanos, de acordo com uma lógica prioritariamente econômica. Cientes disso, no capitalismo cognitivo⁶⁹, em que conhecimentos e afetos passam a constituir a principal riqueza, os governos de inúmeros países têm colocado em suas agendas o máximo investimento possível em capital humano.

Resta saber se esse investimento em capital humano que, bem ou mal, vem sendo feito pelos governos neoliberais, só é vantajoso e útil para o capital ou se ele também traz vantagens e tem utilidade os seres humanos, ou ainda, para a vida em sentido amplo. Mais especificamente, trata-se de saber a serviço de que tipo de vida, plena ou doente, potente ou enfraquecida, põe-se o neoliberalismo.

Se pensarmos na gama de problemas para os quais a governamentalidade neoliberal está, teoricamente, preparada para lidar: natalidade, mortalidade, casamento, educação, imigração etc., podemos dizer que, para os governos, a teoria do capital humano é bastante atraente. Ela permite um alastramento do campo a ser governado outrora inimaginável, pelo menor custo possível. Não é nada improvável que indivíduos, grupos e populações se tornem mais facilmente governáveis, mais úteis do ponto de vista econômico e mais obedientes do ponto de vista político e tudo isso a baixo custo, à medida que as políticas de incentivos e de gestão de riscos⁷⁰ preconizada pelos neoliberais são adotadas.

Vale dizer que o neoliberalismo não é apenas um governo da vida, mas da “boa vida”. Não se trata mais apenas de viver, mas de “bem viver”. Em outras palavras, trata-se de um governo pelo “bem-estar”, que nada tem a ver com o Estado de bem-estar social de Keynes e do liberalismo de esquerda. Entre

68 Dubner, S.; Levitt, S. *Freakonomics: o lado oculto de tudo que nos afeta*. Tradução: R. Lyra. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

69 Negri, A. *Bioeconomia*. São Paulo: Iluminuras, 2015.

70 Beck, U. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. Tradução: S. Nascimento. São Paulo: Ed. 34, 2010.

outras coisas, trata-se de um governo pela liberdade, no qual a liberdade, em um território demarcado, integra um dispositivo de segurança⁷¹, que possibilita a prática do governo mais completo, a custo mínimo.

Em suma, podemos dizer que se o que está em jogo é o “bem-estar”, a vida de rebanho, a mera reprodução da vida com o mínimo de acidentes e resistências, pelo menor custo possível, ou seja, se partimos desse cálculo, que é em última instância um cálculo econômico (o mesmo que era feito por Marx), então os economistas neoliberais norte-americanos e, sobretudo, os articuladores da teoria do capital humano dispõem, em princípio, de boas soluções. Porém, se o que está em jogo é algo mais do que o mero “bem-estar”, tipicamente moderno e decadente, se se trata de ir além disso, em busca de uma superação de si⁷², de uma vida mais forte, alegre e ativa, então somos forçados a dizer que os neoliberais estão longe de estar certos.

Referências

- BECK, U. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. Tradução: S. Nascimento. São Paulo: Ed. 34, 2010.
- BECKER, G. *A treatise on the family*. Cambridge/Londres: Harvard University Press, 1991.
- BECKER, G. *Human capital: a theoretical and empirical analysis with special reference to education*. Chicago: The University of Chicago Press, 1964.
- BECKER, G.; POSNER, R. *Uncommon sense: economic insights, from marriage to terrorism*. Chicago/Londres: University of Chicago Press, 2009.
- BIDET, J. *Foucault avec Marx*. Paris: Éd. La Fabrique, 2014.
- BOURDIEU, P. *Escritos de educação*. Tradução: M. Castro et al. 9.ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

71 Foucault, M. *Segurança, território, população*. Tradução: E. Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 79-81.

72 Nietzsche, F. *Além do bem e do mal: prelúdio a uma filosofia do futuro*. Tradução: P. Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

- DUBNER, S.; LEVITT, S. *Freakonomics: o lado oculto de tudo que nos afeta*. Tradução: R. Lyra. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
- FOUCAULT, M. *A sociedade punitiva: curso no Collège de France (1972-1973)*. Tradução: I. Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2015.
- FOUCAULT, M. *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. Tradução: E. Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, M. *Segurança, território, população*. Tradução: E. Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- KEYNES, J. M. Novo enunciado da teoria geral do emprego. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. Tradução: C. Contador. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Col. Os Economistas).
- MALTHUS, T. *Princípios de economia política e considerações sobre sua aplicação prática*. Tradução: R. Andrade et al. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Col. Os Economistas).
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. v. 1. Tradução: R. Barbosa e F. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Col. Os Economistas)
- MOULIER-BOUTANG, Y. *Le capitalisme cognitif. La nouvelle grande transformation*. Paris: Ed. Amsterdam, 2007.
- NEGRI, A. *Bioeconomia*. São Paulo: Iluminuras, 2015.
- NIETZSCHE, F. *Além do bem e do mal: prelúdio a uma filosofia do futuro*. Tradução: P. Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- RICARDO, D. *Princípios de economia política e tributação*. Tradução: P. Sandroni. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Col. Os Economistas)
- ROSE, N. *A política da própria vida: biomedicina, poder e subjetividade no século XXI*. Tradução: P. Valerio. São Paulo: Paulus, 2013.
- SCHULTZ, T. *Investment in human capital: the role of education and of research*. New York: Free Press, 1971.
- SMITH, A. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. v. I e II. Tradução: L. Baraúna. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Col. Os Economistas).